

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Entre:

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E.P.E., pessoa coletiva n.º 508 752 000, com sede no Parque da Saúde da Guarda, Avenida Rainha D. Amélia, 6300-858 GUARDA, neste ato representada por Dra. Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz Antunes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2017, de 09 de maio, adiante designada por PRIMEIRA OUTORGANTE,

e

VERA LÚCIA ALVES PIRES, com o NIF n.º [REDACTED], residente em [REDACTED], titular do Cartão de Cidadão n.º [REDACTED], com poder para outorgar o presente contrato, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE,

Considerando que:

- a) Por convénio celebrado, a 14.08.2018, entre a Fundación Bancaria Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona, “La Caixa” e a Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. (ULS da Guarda), as partes estabeleceram as bases de cooperação com vista ao desenvolvimento do “*Programa de atenção integral a pessoas com doenças avançadas*”;
- b) Nos termos daquele acordo, a ULS da Guarda compromete-se a implementar o Plano de Ação e a afetar ao Programa os recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento do objeto do Convénio, garantindo uma gestão adequada de modo a assegurar o seu correto desenvolvimento;
- c) Por deliberação do Conselho de Administração de 18.07.2018, foi autorizada a contratação de 4 (quatro) profissionais ao abrigo do Programa Humaniza La Caixa após procedimento simplificado de seleção em regime de prestação de serviços;
- d) Através de Aviso nº 1/2018 foi tornada pública a abertura de procedimento para o preenchimento de três postos de trabalho, em regime de prestação de serviços, com horário semanal de 35 horas, destinados à criação de uma equipa de Apoio Psicossocial, para as seguintes áreas:
  - Ref.ª A) 2 (dois) *Psicólogos Clínicos*;
  - Ref.ª B) 1 (um) *Assistente Social*;

- e) Por deliberação de 24.10.2018, o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. determinou autorizar a presente contratação com efeitos a 01.11.2018;
- f) A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental inscrita na rubrica com a Classificação Económica, 622491;

É, livremente e de boa-fé, celebrado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se rege nos termos e condições das estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1ª

##### (Objeto)

- 1. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se à prestação de serviços correspondentes às funções de Assistente Social com a carga horária 35horas/Semanais.
- 2. Como contrapartida dos serviços contratados a PRIMEIRA OUTORGANTE pagará mensalmente ao SEGUNDO OUTORGANTE a remuneração base de 1.623,22€ (mil seiscientos e vinte e três euros e vinte e dois cêntimos).
- 3. O trabalho aos fins de semana e feriados é remunerado com acréscimo de 50% sobre a retribuição correspondente.

#### Cláusula 2ª

##### (Princípios Gerais)

- 4. A execução do presente contrato observa os princípios gerais de direito, designadamente, os princípios da transparência, da boa-fé e da responsabilidade.
- 5. No âmbito do presente contrato, a prestação de cuidados de saúde é realizada na Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE ou nas instalações acordadas pelos Outorgantes.

#### Cláusula 3ª

##### (Vigência)

- 1. O presente contrato de prestação de serviços tem início em 01/11/2018 e vigora até 31/12/2019.
- 2. A renovação do contrato depende da prorrogação do programa da Fundação La Caixa e respetivo financiamento.

#### Cláusula 4ª

##### (Extinção de contrato)

O contrato extingue-se por caducidade, incumprimento ou denúncia:

- a) Por caducidade: no termo da sua vigência;
- b) Por incumprimento: dos deveres resultantes do contrato por qualquer das partes, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais;

c) Denúncia: com a antecedência mínima de 30 dias.

#### **Clausulas 5ª**

##### **(Ausências)**

1. As ausências, quando previsíveis, são comunicadas ao empregador com a antecedência mínima de 30 dias.
2. Caso a antecedência prevista no número anterior não possa ser respeitada, nomeadamente por a ausência ser imprevisível, a comunicação ao empregador é feita logo que possível.
3. As ausências determinam a correspondente perda de retribuição.

#### **Cláusula 6ª**

##### **(Obrigações principais)**

1. Cabe ao SEGUNDO OUTORGANTE a prestação de serviços correspondentes às funções de Assistente Social.
2. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se ainda a:
  - a) Garantir aos utentes o direito à privacidade pessoal e confidencialidade de dados, nos termos previstos na Lei e nos Códigos Deontológicos respetivos;
  - b) Cumprir os parâmetros de controlo de qualidade do serviço e técnicos, definidos pelo Ministério da Saúde e aprovados por Despacho Ministerial, ou estabelecidos internamente pela Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.;
  - c) Facultar informação à Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. para efeitos de auditoria, fiscalização e controlo de qualidade, no respeito pelas regras deontológicas e do segredo profissional;
  - d) Remeter à Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. os elementos considerados necessários à avaliação dos serviços prestados e pelo mesmo, solicitados;
  - e) Proceder às diligências necessárias para obtenção da certificação de qualidade, caso a mesma seja imposta ou seja condição para acreditação da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.;
  - f) Cumprir as normas e procedimentos internos da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., que lhe sejam aplicáveis;
  - g) Efetuar os registos, referentes aos utentes examinados ou consultados, nos suportes adequados do processo clínico em papel ou em suporte digital;
  - h) Fornecer à Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. os resultados do controlo de qualidade interno que forem efetuados.

#### **Cláusula 7ª**

##### **(Deslocações e transporte)**



1. As deslocações necessárias ao exercício das funções são subsidiadas na quantia de 0,36€/Km e obedecem aos procedimentos estabelecidos no Regulamento de Ajudas de Custo da Unidade Local de Saúde da Guarda.
2. É admitida a utilização de viatura própria sempre que não seja viável a utilização de veículo de serviço.

#### Cláusula 8ª

##### (Documentação)

1. Deverão ser entregues à Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. os elementos relativos à identificação completa do prestador dos cuidados de saúde contratado, designadamente:
  - a) Nome;
  - b) Morada;
  - c) Número do documento de identificação e número de contribuinte fiscal;
  - d) Nota curricular (incluindo habilitações académicas e profissionais e experiência profissional);
  - e) Cópia da Cédula Profissional;

#### Cláusula 9ª

##### (Sigilo)

1. O SEGUNDO OUTORGANTE compromete-se a manter permanentemente o máximo sigilo e confidencialidade de toda a informação obtida ou recebida em resultado do seu trabalho e sua execução, e compromete-se a não criar, durante e após o período do contrato, situações de conflitos de interesse, tanto direta como indiretamente.
2. Não pode, o SEGUNDO OUTORGANTE, sem obter o prévio consentimento escrito da PRIMEIRA OUTORGANTE, divulgar informação confidencial, excepto quando a revelação dessa informação seja exigida nos termos legais.
3. O SEGUNDO OUTORGANTE compromete-se a não divulgar quaisquer elementos que façam parte da Informação Confidencial, bem como a não publicar, diretamente ou através de terceiros, e comprometendo-se também a não disponibilizar essa informação a terceiros.
4. De igual modo, o SEGUNDO OUTORGANTE bem como os seus trabalhadores ou colaboradores utilizam a informação considerada confidencial exclusivamente para os fins que figuram no contrato e no seu termo procedem à sua destruição integral.
5. O SEGUNDO OUTORGANTE compromete-se a, depois de finalizada a sua prestação de serviços, não conservar cópia de nenhum material, informação ou documentação gerada no decurso da mesma.
6. O SEGUNDO OUTORGANTE reconhece que a legislação sobre a proteção dos dados pessoais estabelece uma série de obrigações, no tratamento de dados de carácter pessoal e compromete-se a:
  - a) Unicamente aceder aos dados pessoais do utente caso tal acesso seja necessário para cumprir as suas obrigações emergentes do presente contrato.
  - b) A só utilizar os dados de carácter pessoal, aos quais tenha acesso, para única e exclusivamente cumprir com as suas obrigações contratuais resultantes do presente contrato.



- c) A observar todas as medidas de segurança, que sejam necessárias para assegurar a confidencialidade, segredo e integridade dos dados de carácter pessoal, aos quais tenha acedido.
- d) A não ceder em nenhum caso, nem para a sua conservação, os dados de carácter pessoal a terceiros.

7. As obrigações de confidencialidade estabelecidas no presente contrato terão uma duração ilimitada mantendo-se em vigor para além do termo da relação contratual.

#### Cláusula 10ª

##### (Legislação subsidiária)

Os direitos e obrigações das partes são regulados pelo disposto no presente contrato, aplicando-se as regras gerais em tudo quanto for omissivo.

#### Cláusula 11ª

##### (Foro competente)

Para dirimir qualquer questão emergente do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.

#### Cláusula 12ª

##### Custos e Condições de Pagamento

1. O pagamento dos serviços objeto do presente contrato será feito mensalmente no prazo de 30 dias após a apresentação da fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. As faturas deverão ser enviadas até ao quinto dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços.

- Os outorgantes declaram aceitar o presente Contrato nos seus precisos termos, razão porque o ratificam assinando-o.
- O presente Contrato é feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelas partes outorgantes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Guarda, 01 de Novembro de 2018

A PRIMEIRA OUTORGANTE

  

---

O SEGUNDO OUTORGANTE

  

---